

## O DESAPRENDIZADO DO SÍMBOLO: OU DA EXPERIÊNCIA DA LINGUAGEM

FOGEL, Gilvan. **O desaprendizado do símbolo: ou da experiência da linguagem**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 112p.

Luís Gabriel Provinciatto\*

A principal característica de *O desaprendizado do símbolo*, sem dúvida, é o modo como a temática da linguagem é aí abordada. Isso já pode ser notado no próprio subtítulo da obra: *da experiência da linguagem*. Note-se ainda: ligando o título ao subtítulo há a conjunção *ou*. O autor não a põe de maneira desinteressada, deixando-a, porém, sem uma explicação formalizada no interior da obra. Não se trata de um *déficit* do texto, mas tão somente de um dos momentos em que o leitor pode realizar um exercício hermenêutico do e com o texto em si. Nesse sentido, compreender o título dessa obra já se mostra como uma tarefa de introdução a ela. Deve-se destacar, no entanto: só é possível ao leitor ter uma compreensão do título como um exercício hermenêutico ao longo da sua leitura. A interpretação do título que a seguir se propõe tem a finalidade de introduzir o leitor à obra.

A princípio, deve-se atentar para a função que a conjunção *ou* exerce: ela não está aí empregada como uma conjunção alternativa – por exemplo: o texto deve escolher o desaprendizado do símbolo ou a experiência da linguagem como tema central –, tampouco como uma conjunção que expressa dúvida – por exemplo: não se sabe se o texto diz algo sobre o desaprendizado do símbolo ou sobre a experiência da linguagem. *Ou* é aí empregado como uma conjunção *explicativa*, isto é, o desaprendizado do símbolo e a experiência da linguagem são sinônimos. Trata-se, pois, de realizar a união entre eles: o desaprendizado do símbolo acontece enquanto experiência da linguagem e vice-versa. Daí a ambivalência do título: o desaprendizado do símbolo *ou* da experiência da linguagem.

A sinonímia entre título e subtítulo: esse é o primeiro passo decisivo para que se realize uma introdução à obra. Há ainda um segundo passo, a saber: a obra não trata do desaprendizado do símbolo, por um lado, e da experiência da linguagem, por outro, como se fossem movimentos cindidos que se implicam. Não são polos diferentes. Trata-se, por isso, de compreender desde o princípio que o autor lida com o desaprendizado do símbolo *como*

---

\* Doutorando em Ciência da Religião - área de concentração: Filosofia da Religião - pela UFJF com bolsa de financiamento CAPES. Mestre em Ciências da Religião (2016) e licenciado em Filosofia (2014), ambos pela PUC-Campinas. E-mail: [lgprovinciatto@hotmail.com](mailto:lgprovinciatto@hotmail.com).

experiência da experiência, ou seja, *na condição de*. O inverso também é válido: a experiência da linguagem acontece quando se desaprende o símbolo. Nesse sentido, uma e outra andam de maneira conjunta ao longo da obra.

Percebe-se, então, o principal propósito da obra: conduzir ao desaprendizado do símbolo pois aí se faz experiência da linguagem. A obra, porém, não serve tal qual um guia que toma o leitor pela mão e o conduz àquilo que se pretende. A ideia de condução nela presente é mais radical. Como? Indo à radicalidade – no sentido de raiz – da linguagem, ocupando-se com sua gênese, com sua fundação: o leitor se sente instigado pela obra no sentido de se ver estimulado a questionar o uso cotidiano da linguagem e perceber que a gênese ontológica da linguagem coincide com a gênese do sentido de ser.

Gilvan Fogel deixa bem clara a tarefa central de seu texto logo na *Observação preliminar*: “a tarefa, então, é, será sempre, restabelecer, revigorar a palavra desgastada no cotidiano, embotada no uso e no abuso do dia a dia [...], e, assim, recordar sua fundação e gênese” (p. 10). Para tanto, Fogel busca interlocução com o filósofo Martin Heidegger (1889-1976) e com o poeta Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa (1888-1935). Fato: Fogel tem em Heidegger sua principal referência teórica a respeito de qual seja o significado da linguagem, e em Caeiro a demonstração da experiência da linguagem na condição de desaprendizado do símbolo. Deve-se dizer, então: *O desaprendizado do símbolo* não faz considerações introdutórias a respeito de Heidegger, de Caeiro e dos escritos de ambos, tampouco meros comentários à filosofia e à poesia. Trata-se de um exercício filosófico no qual a poesia – *poética* – não está empregada como estilo literário: “poesia e poético estarão falando da índole, da cunhagem da linguagem fundadora, instauradora – de toda linguagem que, em dizendo e porque dizendo desde e como experiência, mostra, torna visível ou faz aparecer e, assim, funda, realiza” (p. 9).

Compreender a experiência da linguagem é compreendê-la como experiência poética e esta, por sua vez, não tem nada de simbólica. Tem-se aqui um dos pressupostos iniciais da obra de Fogel: a linguagem cotidiana é simbólica, logo, ela é não poética. Adverte-se, porém: o intuito do autor não é desconstruir a linguagem cotidiana para fazer vigorar a linguagem poética. Aqui se percebe a influência que Heidegger exerce no modo como Fogel conduz a obra: simbólica e poética são, no limite, modos de ser da própria linguagem, de modo que classificá-las a partir de categorias valorativas é um erro. Poética e simbólica estão para a linguagem tal qual possibilidades. Conduzir a experiência da linguagem como desaprendizado

do símbolo significa buscar a gênese da linguagem: é mostrar que o simbólico não é o único modo possível da linguagem ser, tampouco seu modo fundamental, originário.

A partir daqui se compreende a hipótese trazida por Fogel nas trilhas de Heidegger e de Caeiro: a linguagem não se funda originariamente enquanto símbolo, mas enquanto poética. Disso decorre a estrutura da obra: é preciso compreender o que é linguagem (capítulo I). Seguir as trilhas de Heidegger para compreender que “a linguagem fala” (capítulo II) para então propor um desaprendizado do símbolo a partir de tal compreensão (capítulo III). Se a linguagem fala, então, é preciso um já ouvir, de modo que “entre falar, linguagem, e ouvir há uma relação, um nexos essencial, ou seja, de visceral pertencimento, um co-pertencimento” (p. 65): à linguagem, assim, se soma tanto a fala quanto a escuta, isto é, tanto um dizer quanto um calar, um silenciar (capítulo IV). Esta é a essência da linguagem: escuta, silêncio, fala. Isto é o que a linguagem poética torna concreto: nada de simbólico, nada de remissivo, mas tão somente aquilo que é já sendo. Essa é a experiência da linguagem a respeito da qual Alberto Caeiro é tido como mestre (capítulo V).

O capítulo I da obra – *Pensamento, elemento, transcendência* – já antecipa no próprio título os principais pontos de sua abordagem. Interessa perceber que esse capítulo é aquele que coloca o leitor a par de como a linguagem será compreendida e como a obra conduzirá tal abordagem: “linguagem, o nosso tema, acontece, se faz desde e como elemento e/ou transcendência. Ao tema, à coisa, pois” (p. 27). Elemento é aqui utilizado pelo autor não como sinônimo de parte que compõe um todo – por exemplo: a página é elemento (componente) do livro –, mas como *meio, situação, ambiente*, de modo que elemento designa *inserção* – por exemplo: a água é o elemento do peixe. Transcendência, por sua vez, não está aqui posta como o contrário da imanência. Ela designa, na verdade, aquilo que tem caráter de abrupto, de i-mediato, daquilo que, quando se percebe, já se está dentro, inserido. A linguagem, assim, é o elemento do homem, ou seja, na qual ele, quando percebe, já se vê inserido. O pensamento – o pensar –, com isso, não aparece como um modo de organização lógica, como um raciocínio, mas tão somente como um testemunho: um testemunho do advento da linguagem. Ao pensamento cabe tão somente o *dizer* no sentido de *consentir* à própria gênese de seu pertencimento (p. 23-24).

Compreender a linguagem como “elemento e/ou transcendência” significa o mesmo que dizer que o homem é um ser transcendente, ou seja, “cheio deste acontecimento, completamente tocado e atravessado por este modo de ser” (p. 26). O homem, portanto, é na transcendência, ou seja, ele é na linguagem. E mais: já se percebe sendo na linguagem. Ao

ainda dizer “ao tema, à coisa, pois”, Fogel indica de maneira sutil uma metodologia fenomenológica cuja principal intenção vai na direção de trazer à luz a gênese da linguagem, sua gênese poética.

Essa *fenomenologia da experiência da linguagem* já está presente neste primeiro capítulo, mas se intensifica nos capítulos dois e três. Isso porque há uma sintonia entre o capítulo dois – “*A linguagem fala*” – e o capítulo três – *O desaprendizado do símbolo (a poética do ver imediato)* –, a saber: falar da linguagem nela mesma e a partir dela mesma é possível desde e a partir da experiência da linguagem *ou* do desaprendizado do símbolo. Nesse trânsito entre esses dois capítulos se percebe de maneira mais nítida a aproximação que o autor faz entre Heidegger e Caeiro.

A respeito de Heidegger: Fogel cita *Ser e tempo* (1927), *Carta sobre o humanismo* (1946) e *A caminho da linguagem* (1959) no sentido de preparar o caminho até o desaprendizado do símbolo, o que se torna explícito no terceiro capítulo. O principal empenho do segundo capítulo é justamente mostrar que o homem deve *habitar* a linguagem, ou seja, a experiência da linguagem não é algo como um adentrar à linguagem. O homem sempre já é *dentro* da linguagem, de modo que não há um “fora” da experiência da linguagem (p. 29-31). O *habitar*, por isso, está muito próximo de um *conquistar* este modo de ser: o homem não é o sujeito da linguagem – a sua causa – pois ela está para ele como transcendência; o homem *acolhe* a linguagem, estando para ela tal qual um pastor, um cuidador. Antes de qualquer coisa, então, o homem é uma *abertura*, uma *pré-disposição* para a abertura. Em outras palavras: a condição mais própria do homem é ser enquanto possibilidade.

O homem é capaz de compreender as coisas, os outros e si mesmo porque algo como *linguagem* já aconteceu. Linguagem diz aqui: *lógos*, mundo, sentido. “A linguagem fala”, portanto, significa que a linguagem manifesta ser, ela nomeia aquilo que é enquanto tal. “A linguagem fala” não descobre o ser como algo atrás daquilo que manifesta, pois atrás daquilo que se manifesta não há nada. Na medida em que deixa a linguagem falar, o homem é intérprete, não como *agente* do sentido, mas como seu *descobridor*. Ser intérprete da linguagem: “um atento e cuidadoso deixar ser o sentido” (p. 41). Com isso, o homem é passagem: aqui já se antecipa a finitude do sentido pois a própria gênese ontológica do homem é finita. A linguagem acontece em um horizonte finito, logo, temporal.

A irrupção da linguagem, assim, acontece em plenitude: ela é a irrupção do “a-byssos *como tal*” (p. 46). Dar algo a mais ao sentido já é *demais*. Aqui se dá a passagem para o terceiro capítulo, bem como o advento do que seja o simbólico. O símbolo é aquele que

*representa* algo, ou seja, ele aponta para aquilo que ele em si não é. O simbólico, assim, é vazio de sentido. Desaprender o símbolo não designa um esquecimento, mas tão somente uma tarefa: a tarefa do desaprendizado do símbolo consiste em deixar vigorar a linguagem enquanto irrupção plena. Essa é a experiência da linguagem, sinônimo do desaprendizado do símbolo. Para realizar tal experiência da linguagem, isto é, para *ouvir* que a linguagem *fala*, é preciso *silêncio*. A experiência da linguagem, portanto, é *ouvir, falar, silenciar*: isso permite *ver* o sentido em sua irrupção. E mais: *ver só* isso, nada a mais, mesmo porque o “a mais” já é *demais*.

A linguagem *poética*, então, é essa que *ouve, fala e silencia*. No limite, a linguagem poética é o modo originário como a linguagem se efetiva. Essa é a contribuição que o quarto capítulo – *Escuta, silêncio, linguagem* – traz: ele destaca a íntima relação entre esses componentes fundamentais. E mais: mostra que o poeta é aquele que se entrega à coisa. O poeta é aquele que *participa* da irrupção do sentido, não como agente, mas como passagem. Por isso, a palavra do poeta é um deixar ver as coisas nelas mesmas. A palavra *poética*, assim, descobre a sua força na fraqueza. O que isso significa? Que o seu *poder é não poder*, ou seja, que ela deixa as coisas serem enquanto tais, sem falsificá-las.

A partir desse ponto Fogel aprofunda a compreensão do homem como transcendência: “a esta irrupção súbita, a este *salto* se chama o dar-se ou acontecer de *transcendência*. Sim, transcendência, pois é *algo*, isto é, o irromper de um modo de ser [...], *algo* sobre o qual ele não tem nenhum poder de decisão, de escolha” (p. 73-74). O homem, assim, é pastor do ser porque é *apropriável* pela linguagem, enfim, o aberto pelo qual a linguagem passa e se dá. Para compreender que a linguagem lhe fala é preciso *estar atento*, é preciso *ouvir* a linguagem. Para ouvir é preciso *silêncio*. Silêncio diz aqui: *solidão*. O poeta é aquele que está só, em *silêncio* consigo mesmo, e, justamente por isso, consegue ser *tomado* pelas coisas, *ouvi-las, dizê-las*.

A gênese ontológica da linguagem não é deficiente, embora finita: “*se se escuta, a linguagem é sempre rica, plena, completa*. Evidentemente, completa, plena, rica *no que pode e como pode*” (p. 81). O poeta é aquele que manifesta a linguagem em sua plenitude. Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa, é o mestre dos poetas, de todos eles, e também dos pensadores, logo, o mestre da experiência da linguagem *ou* do desaprendizado do símbolo. O quinto capítulo – *Alberto Caeiro, o mestre* – justifica por que Caeiro é mestre da experiência da linguagem: o seu ver já é sempre sentir, de modo que aquilo que ele diz não é *algo* sobre as coisas, mas as próprias coisas já sendo. Caeiro diz aquilo que é *sentido*, igualmente *lógos*,

mundo. Fogel vai chamar esse modo de ser de *sentir-ver-perceber-dizer* (p. 91-94). A linguagem poética, portanto, é não-simbólica. Isso significa: ela diz o i-mediato, sem conceito, sem abstração. Nesse sentido, a *fala* do poeta é um atento *ouvir* a linguagem, que o transcende e o toma.

“O que Caeiro está dizendo é: não se pode, não se deve interpretar *demais*” (p. 100). Estar atento à linguagem como linguagem já é um modo de evitar qualquer *sobrecarga* de interpretação. Caeiro é mestre justamente por isto: seu pensar é sentir a linguagem como a irrupção instauradora e fundadora da realidade. Fogel ainda aponta a modo conclusivo: “o aprendizado do desaprendizado do símbolo, das *significações*, nos põe direta e imediatamente numa dimensão extraordinária, inabitual, insólita. É quando, *de repente*, começa-se a ver a *rosa*ção das roseiras” (p. 104). Nota-se, com isso, que o *poético* é um modo de ser desde o qual é possível realizar a experiência da linguagem.

Por fim, recomenda-se a leitura dessa obra e se destaca um último ponto a respeito dela: há aí um exercício filosófico muito bem estruturado e conduzido, de modo que o leitor é capaz de, a partir do texto, elaborar um conjunto de perguntas que podem, posteriormente, suscitar uma investigação filosófica. Seguindo muito bem as trilhas de Heidegger e passando pela genialidade poética de Caeiro, Fogel permite que sua obra realize a principal tarefa filosófica: questionar. Ou seja: muito mais do que respostas, *O desaprendizado do símbolo* suscita questões. Dessa maneira, o leitor se sente encorajado pelo desaprendizado do símbolo a colocar, de fato, a pergunta pelo sentido da linguagem, logo, pelo sentido de ser.